BOCA
BOLETIM DE CONJUNTURA

TRANSIÇÃO DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA PARA O MUNDO DO TRABALHO: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, DO APOIO FAMILIAR E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

SCHOOL-TO-WORK TRANSITION OF YOUNG PEOPLE WITH DISABILITIES: CONTRIBUTIONS OF BASIC EDUCATION, FAMILY SUPPORT AND PUBLIC POLICIES

TRANSICIÓN DE JÓVENES CON DISCAPACIDAD AL MUNDO DEL TRABAJO: CONTRIBUCIONES DE LA EDUCACIÓN BÁSICA, DEL APOYO FAMILIAR Y DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS

https://doi.org/10.56238/bocav25n81-012

Data de submissão: 31/07/2026 **Data de publicação:** 31/08/2026

Julia Aparecida da Silva Casagrande
Graduada em Licenciatura em Educação Especial
Instituição: Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)
E-mail: juliasilvacasagrande@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0006-9739-9557

Joel Haroldo Baade
Graduado em Teologia
Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp)
E-mail: baadejoel@uniarp.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7353-6648

RESUMO

A inserção profissional de jovens com deficiência constitui um dos principais desafios da educação inclusiva contemporânea, especialmente no que se refere à construção de trajetórias que articulem escolarização, autonomia e participação social. Embora o Brasil tenha avançado na consolidação de políticas públicas voltadas ao direito à educação e ao trabalho, persistem desafios relacionados à transição entre a educação básica e o mundo do trabalho, indicando a necessidade de compreender os fatores que favorecem esse percurso. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo analisar as contribuições da educação básica, do apoio familiar e das políticas públicas para a construção de trajetórias de inserção profissional de jovens com deficiência. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica sistematizada. O levantamento foi realizado entre outubro de 2025 e março de 2026 nas bases Portal de Periódicos da CAPES e SciELO, contemplando publicações divulgadas entre 2015 e 2024, além de uma obra de referência considerada fundamental para a compreensão do fenômeno investigado. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, o corpus analítico foi constituído por seis estudos. A interpretação do material fundamentou-se na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), da qual emergiram quatro categorias analíticas: educação básica como fundamento das trajetórias profissionais; família como rede de apoio à autonomia; políticas públicas e práticas

institucionais na transição entre escola e mundo do trabalho; e lacunas da produção científica. Os resultados evidenciam que a inserção profissional deve ser compreendida como um processo iniciado durante a escolarização e sustentado pela articulação entre práticas pedagógicas inclusivas, apoio familiar, políticas públicas e planejamento da transição para a vida adulta. Também indicam a reduzida produção científica nacional dedicada à análise integrada das relações entre educação básica, apoio familiar e inserção profissional de jovens com deficiência. Conclui-se que a promoção de trajetórias profissionais mais consistentes requer ações intersetoriais voltadas ao fortalecimento da autonomia, da participação social e da preparação para o mundo do trabalho desde a educação básica.

Palavras-chave: Educação Básica. Educação Inclusiva. Inserção Profissional. Jovens com Deficiência. Transição Escola-Trabalho.

ABSTRACT

The professional inclusion of young people with disabilities remains one of the major challenges of contemporary inclusive education, particularly regarding the development of trajectories that integrate schooling, autonomy, and social participation. Although Brazil has advanced in consolidating public policies aimed at guaranteeing the rights to education and work, important challenges persist in the transition from basic education to the world of work, highlighting the need to better understand the factors that support this process. This study aimed to analyse the contributions of basic education, family support, and public policies to the construction of professional trajectories for young people with disabilities. A qualitative, exploratory, and descriptive bibliographic study was conducted through a systematized literature review. The search was carried out between October 2025 and March 2026 in the CAPES Journal Portal and the SciELO database, covering publications issued between 2015 and 2024, in addition to a reference work considered essential for understanding the investigated phenomenon. After the application of the eligibility criteria, the analytical corpus consisted of six studies. Data interpretation was guided by Bardin's Content Analysis, from which four analytical categories emerged: basic education as the foundation of professional trajectories; family as a support network for autonomy; public policies and institutional practices in the transition from school to work; and gaps in scientific production. The findings indicate that professional inclusion should be understood as a process that begins during schooling and is supported by the articulation of inclusive educational practices, family support, public policies, and transition planning for adult life. The review also highlights the limited Brazilian scientific production dedicated to the integrated analysis of the relationships among basic education, family support, and the professional inclusion of young people with disabilities. It is concluded that the promotion of more consistent professional trajectories requires intersectoral actions aimed at strengthening autonomy, social participation, and preparation for the world of work from the basic education stage onward.

Keywords: Basic Education. Inclusive Education. Professional Inclusion. School-to-Work Transition. Young People with Disabilities.

RESUMEN

La inclusión profesional de jóvenes con discapacidad sigue siendo uno de los principales desafíos de la educación inclusiva contemporánea, particularmente en lo que respecta al desarrollo de trayectorias que integren escolarización, autonomía y participación social. Aunque Brasil ha avanzado en la consolidación de políticas públicas destinadas a garantizar los derechos a la educación y al trabajo, persisten desafíos importantes en la transición de la educación básica al mundo del trabajo, lo que

destaca la necesidad de comprender mejor los factores que apoyan este proceso. Este estudio tuvo como objetivo analizar las contribuciones de la educación básica, el apoyo familiar y las políticas públicas a la construcción de trayectorias profesionales para jóvenes con discapacidad. Se realizó un estudio bibliográfico cualitativo, exploratorio y descriptivo mediante una revisión sistemática de la literatura. La búsqueda se llevó a cabo entre octubre de 2025 y marzo de 2026 en el Portal de Revistas CAPES y la base de datos SciELO, abarcando publicaciones emitidas entre 2015 y 2024, además de una obra de referencia considerada esencial para la comprensión del fenómeno investigado. Después de la aplicación de los criterios de elegibilidad, el corpus analítico estuvo constituido por seis estudios. La interpretación de los datos se guió por el Análisis de Contenido de Bardin, del cual surgieron cuatro categorías analíticas: la educación básica como fundamento de las trayectorias profesionales; la familia como red de apoyo para la autonomía; las políticas públicas y las prácticas institucionales en la transición de la escuela al trabajo; y las brechas en la producción científica. Los hallazgos indican que la inclusión profesional debe entenderse como un proceso que comienza durante la escolarización y se apoya en la articulación de prácticas educativas inclusivas, apoyo familiar, políticas públicas y planificación de la transición a la vida adulta. La revisión también destaca la limitada producción científica brasileña dedicada al análisis integrado de las relaciones entre educación básica, apoyo familiar e inclusión profesional de jóvenes con discapacidad. Se concluye que la promoción de trayectorias profesionales más consistentes requiere acciones intersectoriales destinadas a fortalecer la autonomía, la participación social y la preparación para el mundo del trabajo desde la etapa de educación básica en adelante.

Palabras clave: Educación Básica. Educación Inclusiva. Inclusión Profesional. Transición Escuela-Trabajo. Jóvenes con Discapacidad.

1 INTRODUÇÃO

A ampliação do acesso de estudantes com deficiência à educação básica representa uma das mais importantes conquistas das políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas. A partir da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 6.949/2009 (BRASIL, 2009), e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), consolidou-se um marco legal voltado à promoção da igualdade de oportunidades e à garantia do direito à educação em perspectiva inclusiva. Apesar desses avanços, a efetivação da inclusão ainda enfrenta desafios relacionados à permanência escolar, à aprendizagem e à construção de trajetórias que favoreçam a participação social e a inserção profissional das pessoas com deficiência.

Nesse contexto, a relação entre educação e trabalho tem assumido crescente relevância nas discussões acadêmicas e nas políticas públicas voltadas à inclusão. Embora o acesso à escolarização tenha se ampliado significativamente, a transição entre a educação básica e o mundo do trabalho permanece marcada por obstáculos que limitam a participação plena de jovens com deficiência em diferentes espaços sociais. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que pessoas com deficiência apresentam menores índices de escolarização e participação no mercado de trabalho quando comparadas à população sem deficiência (IBGE, 2023). Tais indicadores evidenciam a necessidade de compreender de que forma os processos educacionais, familiares e institucionais contribuem para a construção de trajetórias profissionais mais consistentes.

A compreensão dessas desigualdades está associada às mudanças ocorridas nos estudos sobre deficiência. Ao longo das últimas décadas, observou-se o deslocamento de abordagens centradas exclusivamente nas limitações individuais para perspectivas fundamentadas nos direitos humanos, na participação social e na eliminação de barreiras. Nessa direção, Diniz (2007) argumenta que a deficiência não pode ser compreendida apenas como uma condição biológica, mas como uma experiência produzida também pelas condições sociais que restringem ou ampliam a participação dos sujeitos. Essa perspectiva tem contribuído para ampliar as discussões sobre educação inclusiva, autonomia, cidadania e inserção profissional.

No campo educacional, diferentes estudos têm destacado que a preparação para o mundo do trabalho não deve ser compreendida como uma etapa posterior à escolarização, mas como um processo construído ao longo da trajetória educativa. Araújo (2008) defende que a transição para a vida adulta

e para o trabalho requer planejamento, apoio institucional e articulação entre diferentes contextos sociais. Na mesma direção, Trentin e Raitz (2018) evidenciam a importância da formação profissional vinculada ao desenvolvimento da autonomia e da participação social de jovens com deficiência intelectual. Complementarmente, Redig (2021) destaca o Plano Individualizado de Transição (PIT) como uma estratégia capaz de integrar ações voltadas à construção de projetos de vida, à vida independente e à futura inserção profissional.

As discussões sobre transição entre escola e trabalho também têm ganhado destaque em pesquisas internacionais. Em revisão sistemática sobre programas de transição para pessoas com deficiência intelectual, Coñoman, Ávila e Carmona (2024) identificaram que iniciativas estruturadas de preparação para a vida adulta favorecem a empregabilidade, a autonomia e a participação social, especialmente quando articulam formação acadêmica, desenvolvimento de habilidades para a vida cotidiana e experiências relacionadas ao trabalho. Esses resultados reforçam a importância de compreender a inserção profissional como um processo que se inicia ainda durante a escolarização.

Apesar dos avanços normativos e do crescimento das discussões sobre inclusão, observa-se que a produção científica voltada à articulação entre educação básica, apoio familiar, políticas públicas e inserção profissional de jovens com deficiência ainda se apresenta de forma dispersa. Predominam estudos centrados em aspectos específicos, como inclusão escolar, empregabilidade ou legislação, enquanto permanecem menos exploradas as relações entre escolarização, construção da autonomia e transição para a vida adulta. Essa lacuna evidencia a necessidade de investigações que analisem essas dimensões de forma integrada, contribuindo para a compreensão dos fatores que favorecem trajetórias de inserção profissional mais consistentes.

Diante desse cenário, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: quais contribuições a educação básica, o apoio familiar e as políticas públicas oferecem à construção de trajetórias de inserção profissional de jovens com deficiência?

Para responder a essa questão, o objetivo deste estudo consiste em analisar as contribuições da educação básica, do apoio familiar e das políticas públicas para a construção de trajetórias de inserção profissional de jovens com deficiência. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica sistematizada da literatura. Ao reunir e analisar criticamente a produção científica sobre a temática, busca-se contribuir para o aprofundamento das discussões acerca da educação inclusiva e da transição para o mundo do trabalho, oferecendo subsídios para práticas educacionais e políticas

públicas comprometidas com a promoção da autonomia, da participação social e da igualdade de oportunidades.

Além desta introdução, o artigo está organizado em quatro seções. A primeira apresenta a fundamentação teórica, abordando aspectos relacionados à educação inclusiva, à inserção profissional e aos processos de transição para a vida adulta. Em seguida, são descritos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Na sequência, apresentam-se os resultados e a discussão dos estudos analisados. Por fim, são expostas as considerações finais, nas quais são retomados os principais achados da investigação, suas contribuições, limitações e possibilidades para pesquisas futuras.

2 EDUCAÇÃO, FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONSTRUÇÃO DE TRAJETÓRIAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

2.1 DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA À CONSTRUÇÃO DE TRAJETÓRIAS DE AUTONOMIA

As discussões contemporâneas sobre deficiência têm sido marcadas pela superação de perspectivas centradas exclusivamente nas limitações individuais e pela valorização de abordagens fundamentadas nos direitos humanos, na participação social e na eliminação de barreiras. Nessa perspectiva, a deficiência passa a ser compreendida não apenas como uma condição biológica, mas também como uma experiência influenciada pelas condições sociais, culturais e institucionais que favorecem ou restringem a participação dos sujeitos em diferentes espaços da vida social (DINIZ, 2007).

No campo educacional, essa mudança de paradigma contribuiu para o fortalecimento da educação inclusiva como princípio orientador das políticas públicas e das práticas pedagógicas. A Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) consolidaram o direito à educação em condições de igualdade, reafirmando a responsabilidade do Estado na promoção de oportunidades educacionais que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes.

Entretanto, garantir o acesso à escola não significa assegurar, por si só, processos efetivos de inclusão. A literatura tem destacado a necessidade de compreender a educação básica como um espaço de desenvolvimento da autonomia, da participação social e da construção de projetos de vida. Nesse sentido, Trentin e Raitz (2018) argumentam que a formação educacional de jovens com deficiência

intelectual deve ultrapassar a transmissão de conteúdos escolares, contemplando experiências que favoreçam a independência, a tomada de decisões e a preparação para a vida adulta.

Essa compreensão aproxima-se da perspectiva defendida por Redig (2021), ao enfatizar que a escola desempenha papel fundamental na preparação para a transição entre a vida escolar e o mundo do trabalho. Segundo a autora, práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento de competências sociais, acadêmicas e funcionais contribuem para ampliar as possibilidades de participação social e inserção profissional, favorecendo a construção de trajetórias mais autônomas.

Assim, a educação básica assume papel estratégico na constituição de percursos de inclusão social, uma vez que oferece condições para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que influenciam diretamente as oportunidades futuras de participação no mundo do trabalho.

2.2 FAMÍLIA E TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA

A construção de trajetórias de inserção profissional não depende exclusivamente da escolarização. O apoio familiar constitui elemento relevante nos processos de desenvolvimento da autonomia, elaboração de expectativas e construção de projetos de vida de jovens com deficiência.

Ao discutir a transição para a vida adulta, Araújo (2008) destaca que o planejamento dessa etapa deve envolver diferentes contextos de convivência, incluindo escola, família, comunidade e instituições de apoio. Para a autora, a preparação para o trabalho não pode ser compreendida como um evento isolado, mas como um processo contínuo que demanda suporte social e oportunidades de participação ao longo do desenvolvimento.

Nesse contexto, a família exerce papel fundamental tanto na mediação das experiências sociais quanto no fortalecimento da autoconfiança e da autonomia dos jovens. As expectativas familiares em relação às capacidades e potencialidades da pessoa com deficiência podem influenciar significativamente suas oportunidades de participação social e profissional, contribuindo para ampliar ou restringir possibilidades de desenvolvimento.

Além disso, a articulação entre família e escola favorece a construção de estratégias educacionais mais alinhadas às necessidades e aos projetos de vida dos estudantes. Quando essa parceria ocorre de forma colaborativa, ampliam-se as possibilidades de identificação de interesses, potencialidades e objetivos relacionados à formação acadêmica e à futura inserção profissional.

Dessa forma, compreender a participação da família nos processos de transição para a vida adulta significa reconhecer que a inclusão profissional resulta da interação entre múltiplos fatores sociais, educacionais e afetivos, que se articulam ao longo das trajetórias individuais.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E INSERÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA

A inserção profissional de pessoas com deficiência tem sido objeto de diferentes iniciativas legais e institucionais voltadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao combate às barreiras que limitam o acesso ao trabalho. Entre essas iniciativas, destaca-se a Lei nº 8.213/1991, conhecida como Lei de Cotas, que estabelece a obrigatoriedade de contratação de pessoas com deficiência por empresas com cem ou mais empregados (BRASIL, 1991).

Embora a legislação represente importante mecanismo de ampliação do acesso ao emprego, estudos apontam que a inclusão profissional não pode ser reduzida ao cumprimento de exigências legais. Becker (2019) observa que pessoas com deficiência continuam enfrentando desvantagens educacionais e ocupacionais que repercutem diretamente em suas possibilidades de inserção e permanência no mercado de trabalho.

Sob essa perspectiva, torna-se necessário compreender a relação entre políticas públicas, escolarização e preparação para a vida adulta. Redig (2021) argumenta que ações voltadas à transição escola-trabalho devem integrar diferentes dimensões da vida dos estudantes, contemplando formação acadêmica, desenvolvimento de competências funcionais e planejamento de trajetórias futuras.

Em âmbito internacional, Coñoman, Ávila e Carmona (2024) identificaram que programas estruturados de transição favorecem resultados mais positivos em termos de empregabilidade, autonomia e participação social. Segundo os autores, iniciativas que articulam escola, família, serviços de apoio e experiências práticas relacionadas ao trabalho tendem a ampliar as oportunidades de inclusão profissional de pessoas com deficiência intelectual.

Essas evidências reforçam a necessidade de políticas públicas que ultrapassem medidas compensatórias e promovam ações intersetoriais voltadas à construção de percursos formativos e profissionais mais consistentes. Nesse sentido, a inserção profissional passa a ser compreendida como resultado de um processo que envolve educação, apoio familiar, planejamento da transição e garantia de direitos, exigindo articulação permanente entre diferentes instituições e atores sociais.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica sistematizada da literatura. Esse delineamento foi adotado por possibilitar a identificação, a organização e a análise crítica da produção científica relacionada às contribuições da educação básica, do apoio familiar e das políticas públicas para a construção de trajetórias de inserção profissional de jovens com deficiência.

Segundo Vosgerau e Romanowski (2014), estudos de revisão constituem procedimentos investigativos relevantes para a sistematização do conhecimento produzido em determinada área, permitindo identificar tendências, convergências, lacunas e possibilidades de aprofundamento teórico. Nessa perspectiva, a presente investigação buscou reunir e analisar criticamente estudos que abordam as relações entre escolarização, autonomia, apoio familiar, políticas públicas e inserção profissional de jovens com deficiência.

O levantamento bibliográfico foi realizado entre outubro de 2025 e março de 2026, tendo como última atualização das buscas o mês de março de 2026. Foram consultadas a biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), selecionados em razão de sua relevância para a divulgação da produção científica nas áreas de Educação, Educação Especial e Ciências Humanas.

A busca dos estudos foi realizada por meio da combinação dos descritores “jovens”, “deficiência”, “educação básica”, “educação inclusiva”, “escolarização”, “transição escola-trabalho”, “inserção profissional” e “mundo do trabalho”, utilizando os operadores booleanos AND e OR. Entre as combinações empregadas destacam-se: “jovens AND deficiência AND inserção profissional”; “educação básica AND deficiência AND mundo do trabalho”; “educação inclusiva AND transição escola-trabalho”; e “família AND deficiência AND trabalho”. A utilização de diferentes combinações teve como finalidade ampliar a recuperação de estudos relacionados ao objetivo da pesquisa e reduzir a possibilidade de exclusão de produções potencialmente relevantes.

Foram considerados elegíveis artigos científicos publicados em periódicos revisados por pares, disponíveis em texto completo, divulgados entre os anos de 2015 e 2024 e relacionados às temáticas da educação básica, inclusão escolar, juventude, deficiência, apoio familiar, políticas públicas e inserção profissional. Excepcionalmente, foi incluída a obra de Araújo (2008), por constituir referência

recorrente na literatura nacional sobre processos de transição para a vida adulta e para o trabalho de pessoas com deficiência, contribuindo diretamente para a compreensão do fenômeno investigado.

Foram excluídos estudos duplicados, publicações sem acesso ao texto completo, pesquisas cuja temática não apresentava relação direta com os objetivos da investigação, bem como estudos de natureza exclusivamente clínica ou biomédica que não abordassem aspectos educacionais, sociais ou profissionais relacionados à inclusão de pessoas com deficiência.

O processo de seleção ocorreu em três etapas. Inicialmente, realizou-se a identificação das publicações recuperadas nas bases consultadas. Em seguida, procedeu-se à leitura dos títulos e dos resumos, com o objetivo de verificar a aderência temática ao problema de pesquisa. Na terceira etapa, os textos potencialmente relevantes foram submetidos à leitura integral para confirmação de sua adequação aos critérios de elegibilidade estabelecidos. Após a conclusão desse processo, o *corpus* analítico foi constituído por seis estudos considerados pertinentes ao objetivo da investigação.

A seguir, o Quadro 1 sintetiza os estudos que compõem o corpus de revisão.

Quadro 1. Caracterização dos estudos que compõem o corpus da revisão

Autor(es)/Ano	Objetivo do estudo	Tipo de estudo	Principais contribuições para a temática
Araújo (2008)	Discutir os processos de transição para a vida adulta e para o trabalho de pessoas com deficiência.	Estudo teórico-reflexivo	Evidencia a importância do planejamento da transição, da participação familiar e do suporte institucional na construção da autonomia e da inserção profissional.
Trentin e Raitz (2018)	Analisar aspectos relacionados à formação profissional de jovens com deficiência intelectual.	Pesquisa na área educacional	Destaca a formação profissional como elemento articulado ao desenvolvimento da autonomia, da participação social e da preparação para o trabalho.
Becker (2019)	Investigar as relações entre deficiência, escolarização e inserção no mercado de trabalho no contexto brasileiro.	Estudo com dados secundários e indicadores sociais	Evidencia desigualdades educacionais e ocupacionais enfrentadas por pessoas com deficiência, ressaltando a importância da escolarização para a inclusão profissional.
Dantas (2019)	Compreender experiências de inserção profissional de jovem com deficiência intelectual.	Estudo de caso	Aponta o trabalho como espaço de desenvolvimento da autonomia, fortalecimento da identidade e ampliação da participação social.
Redig (2021)	Discutir a relação entre educação, vida independente e transição para o mundo do trabalho.	Estudo teórico-reflexivo	Apresenta o Plano Individualizado de Transição (PIT) como estratégia para organizar ações voltadas à autonomia e à inserção profissional.
Coñoman, Ávila e Carmona (2024)	Analisar evidências sobre programas de transição escola-trabalho para pessoas com deficiência intelectual.	Revisão sistemática da literatura	Identifica que programas estruturados de transição favorecem empregabilidade, autonomia e participação social quando articulam escola, família e experiências laborais.

Fonte: Os Autores, 2026

A caracterização dos estudos permitiu identificar aproximações e especificidades relacionadas às contribuições da educação básica, do apoio familiar e das políticas públicas para a inserção profissional de jovens com deficiência. A partir da leitura integral e da análise comparativa do *corpus*, foram identificados elementos recorrentes que possibilitaram a construção das categorias analíticas apresentadas na seção de resultados e discussão. Esse procedimento favoreceu a compreensão das relações estabelecidas entre escolarização, autonomia, transição para a vida adulta e inserção profissional, permitindo uma análise integrada dos diferentes fatores evidenciados pela literatura selecionada.

A análise do material fundamentou-se na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), procedimento amplamente utilizado em pesquisas qualitativas para a interpretação sistemática de documentos e produções textuais. O processo analítico foi desenvolvido em três etapas

interdependentes: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados com inferência e interpretação.

Na fase de pré-análise, realizou-se a leitura flutuante dos estudos selecionados, a organização do *corpus* e a definição das unidades de registro relacionadas ao objetivo da investigação. Na etapa de exploração do material, foram identificados temas recorrentes, aproximações conceituais e elementos de convergência presentes nos estudos analisados. Por fim, na etapa de tratamento dos resultados e interpretação, os dados foram agrupados por similaridade temática e articulados ao referencial teórico adotado.

Desse processo emergiram quatro categorias analíticas: (a) educação básica como fundamento das trajetórias profissionais; (b) família como rede de apoio à autonomia; (c) políticas públicas e práticas institucionais na transição entre escola e mundo do trabalho; e (d) lacunas da produção científica sobre a temática. Essas categorias orientaram a organização da seção de resultados e discussão.

Por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida exclusivamente a partir de documentos de acesso público, sem participação direta de seres humanos e sem utilização de dados pessoais identificáveis, o estudo não demandou submissão a Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a regulamentação brasileira aplicável a pesquisas dessa natureza. Ainda assim, foram observados os princípios éticos da produção científica, assegurando-se a correta identificação das fontes consultadas, o respeito aos direitos autorais e a fidelidade às ideias dos autores analisados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos seis estudos que compõem o *corpus* da pesquisa permitiu identificar convergências em relação aos fatores que influenciam a construção de trajetórias de inserção profissional de jovens com deficiência. Embora os trabalhos apresentem enfoques distintos, observa-se consenso quanto à necessidade de compreender a inserção profissional como um processo que envolve escolarização, desenvolvimento da autonomia, apoio familiar e articulação entre diferentes políticas públicas. A partir da análise de conteúdo, emergiram quatro categorias analíticas, discutidas a seguir.

A primeira categoria evidencia a educação básica como elemento estruturante na construção das trajetórias profissionais de jovens com deficiência. Os estudos analisados apontam que a escolarização não se restringe à aquisição de conhecimentos acadêmicos, mas desempenha papel

relevante no desenvolvimento da autonomia, da participação social e das competências necessárias para a vida adulta.

Trentin e Raitz (2018) destacam que a formação educacional de jovens com deficiência intelectual deve contemplar experiências que favoreçam o desenvolvimento de habilidades relacionadas à vida cotidiana, à convivência social e à preparação para o trabalho. Segundo os autores, a articulação entre formação acadêmica e desenvolvimento da autonomia amplia as possibilidades de participação social e profissional.

De modo semelhante, Redig (2021) argumenta que a escola deve assumir papel ativo na preparação para a transição entre a vida escolar e o mundo do trabalho. Para a autora, a construção de projetos de vida e a organização de estratégias de preparação profissional precisam integrar o percurso educacional dos estudantes, favorecendo processos de inclusão que ultrapassem a conclusão da escolaridade obrigatória.

Os resultados também dialogam com Becker (2019), que identifica associação entre níveis de escolarização e oportunidades de inserção profissional. O estudo evidencia que pessoas com deficiência frequentemente enfrentam desvantagens educacionais que repercutem em suas condições de participação no mercado de trabalho, reforçando a importância da educação básica como dimensão estratégica para a promoção da igualdade de oportunidades.

Esses achados indicam que a educação básica não deve ser compreendida apenas como etapa preparatória para níveis posteriores de ensino, mas como espaço privilegiado para a construção de conhecimentos, habilidades e atitudes que contribuem para a autonomia e para a futura inserção profissional de jovens com deficiência.

A segunda categoria refere-se ao papel da família na construção da autonomia e no planejamento das trajetórias de vida e trabalho. Os estudos analisados evidenciam que a participação familiar influencia significativamente as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional dos jovens com deficiência.

Araújo (2008) destaca que os processos de transição para a vida adulta exigem planejamento contínuo e participação de diferentes atores sociais, entre os quais a família ocupa posição central. Segundo a autora, o apoio familiar contribui para a construção da autoconfiança, para a ampliação das experiências de participação social e para o fortalecimento da autonomia necessária à inserção profissional.

A análise dos estudos revela que a família exerce papel relevante na mediação das relações entre escola, comunidade e serviços de apoio, favorecendo a identificação de interesses, potencialidades e expectativas relacionadas ao futuro profissional dos jovens. Quando existe articulação entre família e escola, ampliam-se as possibilidades de construção de percursos educacionais alinhados aos projetos de vida dos estudantes.

Entretanto, os estudos também indicam que a superproteção e as baixas expectativas em relação às capacidades das pessoas com deficiência podem constituir barreiras ao desenvolvimento da autonomia. Nesse sentido, a literatura reforça a necessidade de ações que promovam a participação ativa das famílias nos processos de planejamento da transição para a vida adulta e para o trabalho.

Os resultados permitem compreender que a inserção profissional não depende exclusivamente de fatores individuais ou institucionais, mas também das relações de apoio construídas nos contextos familiares, que influenciam diretamente as oportunidades de participação social e profissional.

A terceira categoria evidencia a importância das políticas públicas e das práticas institucionais na promoção de condições favoráveis à inserção profissional de jovens com deficiência. Os estudos analisados demonstram que a inclusão no mundo do trabalho depende de ações articuladas entre diferentes setores sociais e não apenas da existência de dispositivos legais.

Becker (2019) observa que, apesar dos avanços normativos, persistem desigualdades significativas relacionadas à escolarização e ao acesso ao trabalho. Tais evidências indicam que a garantia formal de direitos, embora necessária, não é suficiente para assegurar processos efetivos de inclusão profissional.

Nessa perspectiva, Redig (2021) destaca o Plano Individualizado de Transição como estratégia capaz de integrar ações educacionais, familiares e institucionais voltadas à preparação para a vida adulta. Segundo a autora, a organização de metas e ações específicas favorece a construção de trajetórias mais consistentes de autonomia e inserção profissional.

Os resultados convergem com as evidências apresentadas por Coñoman, Ávila e Carmona (2024), que identificaram a efetividade de programas estruturados de transição na promoção da empregabilidade, da autonomia e da participação social de pessoas com deficiência intelectual. Os autores verificaram que iniciativas que articulam escola, família, serviços especializados e experiências práticas relacionadas ao trabalho tendem a produzir resultados mais positivos do que ações isoladas.

Essas evidências reforçam a necessidade de políticas públicas intersetoriais que promovam a continuidade dos processos de inclusão para além da escolarização, favorecendo a articulação entre educação, assistência social, qualificação profissional e oportunidades de trabalho.

A quarta categoria refere-se às lacunas identificadas na produção científica analisada. Embora os estudos reconheçam a relevância da educação, da família e das políticas públicas para a inserção profissional de jovens com deficiência, observa-se quantidade reduzida de pesquisas que abordam essas dimensões de forma integrada.

O próprio processo de busca e seleção realizado nesta revisão resultou em um *corpus* composto por apenas seis estudos considerados aderentes ao objetivo da investigação. Esse resultado sugere que a temática ainda se encontra em processo de consolidação no contexto nacional, especialmente no que se refere à análise articulada entre escolarização, apoio familiar e transição para o mundo do trabalho.

Também foram identificadas limitações relacionadas à predominância de estudos teóricos ou reflexivos, bem como à escassez de pesquisas que acompanhem longitudinalmente as trajetórias educacionais e profissionais de jovens com deficiência. Observa-se, ainda, a necessidade de ampliar investigações que contemplem diferentes contextos regionais, modalidades de ensino e experiências de transição para a vida adulta.

Nesse sentido, os resultados evidenciam a importância do desenvolvimento de novas pesquisas capazes de aprofundar a compreensão dos fatores que favorecem a inserção profissional e de subsidiar a formulação de políticas públicas e práticas educacionais mais efetivas.

De forma geral, os estudos analisados convergem ao indicar que a inserção profissional de jovens com deficiência deve ser compreendida como um processo construído ao longo da trajetória educativa e social dos sujeitos. A educação básica emerge como espaço privilegiado para o desenvolvimento da autonomia e da preparação para a vida adulta, enquanto a família se configura como importante rede de apoio na construção de projetos de vida e expectativas profissionais. Paralelamente, as políticas públicas e as práticas institucionais mostram-se fundamentais para garantir condições efetivas de participação social e acesso ao trabalho. A reduzida quantidade de estudos encontrados evidencia, por sua vez, a necessidade de ampliar a produção científica sobre a temática, especialmente por meio de pesquisas que analisem de forma integrada as relações entre educação, família, políticas públicas e inserção profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as contribuições da educação básica, do apoio familiar e das políticas públicas para a construção de trajetórias de inserção profissional de jovens com deficiência. A partir da revisão bibliográfica sistematizada e da análise dos estudos selecionados, buscou-se compreender de que maneira esses elementos se articulam nos processos de transição entre a escolarização e o mundo do trabalho.

Os resultados evidenciaram que a inserção profissional não deve ser compreendida como um evento isolado ou restrito ao momento de ingresso no mercado de trabalho. Ao contrário, trata-se de um processo construído ao longo das trajetórias educacionais e sociais dos sujeitos, envolvendo experiências de aprendizagem, desenvolvimento da autonomia, participação familiar e acesso a políticas públicas voltadas à inclusão.

No que se refere à educação básica, os estudos analisados indicaram que a escolarização desempenha papel fundamental na construção de conhecimentos, habilidades e competências necessárias à vida adulta e à futura inserção profissional. Mais do que garantir acesso ao currículo escolar, a educação inclusiva mostra-se relevante para o fortalecimento da autonomia, da participação social e da elaboração de projetos de vida que contemplem perspectivas de formação e trabalho.

A análise também evidenciou a importância da família como rede de apoio nos processos de transição para a vida adulta. O acompanhamento familiar, a construção de expectativas positivas e a articulação com a escola configuram elementos que favorecem o desenvolvimento da autonomia e ampliam as oportunidades de participação social e profissional dos jovens com deficiência.

Em relação às políticas públicas e às práticas institucionais, os resultados demonstraram que a garantia formal de direitos, embora necessária, não é suficiente para assegurar processos efetivos de inclusão profissional. A literatura analisada reforça a necessidade de ações intersetoriais que promovam a articulação entre educação, assistência social, qualificação profissional e oportunidades de trabalho, contribuindo para a construção de percursos mais consistentes de inserção profissional.

Outro aspecto relevante identificado na revisão refere-se à limitada produção científica que aborda de forma integrada as relações entre educação básica, apoio familiar, políticas públicas e inserção profissional de jovens com deficiência. A reduzida quantidade de estudos selecionados evidencia a necessidade de ampliar as investigações sobre a temática, especialmente aquelas que acompanhem trajetórias de transição para a vida adulta e analisem os efeitos de diferentes estratégias de apoio à inclusão profissional.

Entre as limitações desta pesquisa, destaca-se o número reduzido de estudos que atenderam aos critérios de elegibilidade estabelecidos, bem como a concentração de parte da produção científica em abordagens teóricas e reflexivas. Embora tais limitações não comprometam os resultados obtidos, indicam a necessidade de cautela quanto à generalização dos achados.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para o fortalecimento das discussões sobre educação inclusiva e inserção profissional, oferecendo subsídios para pesquisadores, gestores, educadores e formuladores de políticas públicas. Sugere-se que pesquisas futuras ampliem a investigação sobre trajetórias de transição escola-trabalho, contemplem diferentes contextos educacionais e regionais e analisem experiências concretas de inserção profissional de jovens com deficiência, contribuindo para a construção de práticas e políticas cada vez mais comprometidas com a promoção da autonomia, da participação social e da igualdade de oportunidades.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. A. C. **Deficiência mental**: suporte comunitário e transição para o trabalho. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECKER, K. L. "Como a deficiência afeta a educação e o trabalho de jovens no Brasil". **Nova Economia**, vol. 29, n. 3, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 17/08/2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Planalto, 2009. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 17/08/2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Planalto, 2015. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 17/08/2026.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1991. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 17/08/2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 17/08/2026.

COÑOMAN, G. I.; ÁVILA, V.; CARMONA, C. "Initiatives to support the school-to-work transition of people with intellectual disabilities: a systematic review". **Journal of Intellectual & Developmental Disability**, vol. 49, n. 4, 2024.

DANTAS, T. C. "Empoderamento e trabalho: análise da experiência de um jovem com deficiência intelectual em atividades laborais". **Revista Cocar**, vol. 13, n. 25, 2019.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas com deficiência**: características gerais da população, educação, trabalho e rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17/08/2026.

REDIG, A. G. "Formação acadêmica e vida independente: um diálogo a ser construído". **Educação**, vol. 46, 2021.

TRENTIN, V. B.; RAITZ, T. R. "Educação e trabalho: formação profissional para jovens com deficiência intelectual na escola especial". **Revista Educação Especial**, vol. 31, n. 62, 2018.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. “Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas”. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 14, n. 41, janeiro/abril, 2014.